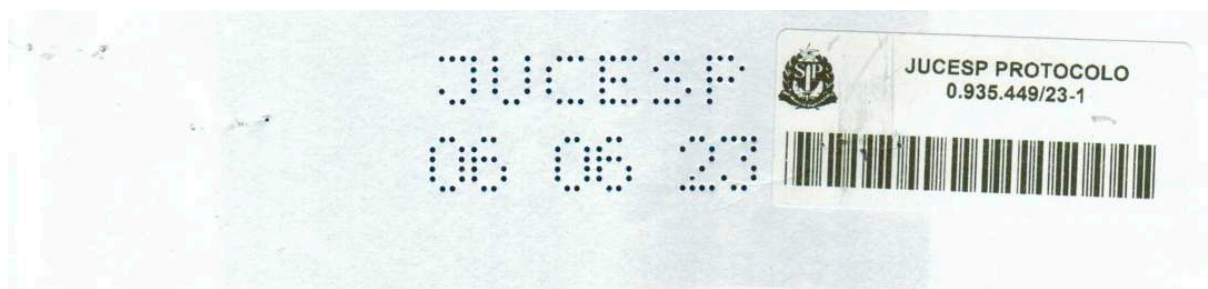


4. HABILITAÇÃO JURÍDICA



7º INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA

“SQL INTELLIGENCE CONSULTORIA LTDA”

NIRE 35.217.991.369

CNPJ 05.468.417/0001-05

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social e na melhor forma de direito, o Sr. **EDUARDO AUGUSTO DO AMARAL MARQUES**, brasileiro, maior, natural da cidade de Volta Redonda RJ, nascido a 17/06/1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do CPF n.º 007.360.097-01 e da Cédula de Identidade RG n.º 36.450.101-7 SSP/SP, residente e domiciliado a Rua Palestina n.º 483 - Apto. 241 - Vila Mascote - CEP 04362-030 e o Sr. **MÁRCIO LESSA AMORIM**, brasileiro, maior, natural da cidade de São Paulo – SP, nascido a 12/02/1971, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, consultor de informática, portador do CPF n.º 066.807.578-35 e da Cédula de Identidade RG n.º 19.300.039-8 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Antônio de Lucena n.º 22 – Apto. 31 - Bloco 4 – Jardim Califórnia – CEP 03407-050 São Paulo – SP, na qualidade de únicos sócios componentes da **Sociedade Limitada** constituída, denominada de “**SQL INTELLIGENCE CONSULTORIA LTDA**”, com sede e foro jurídico à Praça Silvío Romero n.º 55 – 9º Andar – Conjunto 95 – Tatuapé – CEP 03323-000 – São Paulo – SP, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o **NIRE n.º 35.217.991.369 em sessão de 19/12/2002**, bem como posteriores alterações, sendo a última registrada sob o n.º 154.730/19-1 em sessão de 14/03/2019, vem de comum acordo proceder à alteração desses documentos em apreço, conforme segue:

1. O endereço do sócio Sr. **MÁRCIO LESSA AMORIM** passa a ser à Rua Antônio de Lucena n.º 22 - Torre A1 IPE – Apto. 142 – Chácara Califórnia – CEP 03407-050 – São Paulo – SP.
2. Altera-se a sede e foro jurídico para Rua Padre Estevão Pernet n.º 718 – CJ. 1512 – Condomínio Edifício Ferrara – Vila Gomes Cardim – CEP 03315-000 – São Paulo – SP.
3. Altera-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quinta, passando a ter a seguinte redação:

Parágrafo Quinto – Ficando a sociedade constituída apenas de um único sócio e a pluralidade de sócios não for reconstituída, a sociedade não se dissolverá automaticamente, podendo ter continuidade como sociedade unipessoal, nos termos do § 7º do Artigo 7º da Lei n.º 13.874/19, que acrescentou os parágrafos 1º e 2º do art. 1.052 da Lei n.º 10.406/02.

JUCESP
08 08 20

Em razão destas modificações os sócios deliberam de comum acordo em consolidar o contrato social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
"SQL INTELLIGENCE CONSULTORIA LTDA"

NIRE 35.217.991.369

CNPJ 05.468.417/0001-05

CLAUSULA PRIMEIRA – A Sociedade Limitada, nos termos da legislação em vigor e supletivamente pelas normas da sociedade anônima gira sob a denominação social de **"SQL INTELLIGENCE CONSULTORIA LTDA"**, com foro, sede e estabelecimento à Rua Padre Estevão Pernet nº 718 – CJ. 1512 – Condomínio Edifício Ferrara – Vila Gomes Cardim CEP 03315-000 – São Paulo – SP, podendo abrir e fechar filiais em qualquer localidade do Território Nacional, onde convenha aos seus interesses, com aprovação de todos os sócios;

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade tem por objetivos a exploração dos ramos de:

- ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS OU PROGRAMAS DE COMPUTADOR;
- ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADORES (SOFTWARE), INCLUSIVE DE JOGOS ELETRÔNICOS;
- LICENCIAMENTO OU CESSÃO DE DIREITO DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTAÇÃO, INCLUSIVE DISTRIBUIÇÃO;
- PROGRAMAÇÃO;
- INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE;
- ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA E DE QUALQUER NATUREZA;
- SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA, INCLUSIVE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTAÇÃO E BANCOS DE DADOS;
- PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO;
- COMÉRCIO DE SOFTWARES, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA;
- REPRESENTAÇÃO COMERCIAL POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS.

CLÁUSULA TERCEIRA – A sociedade iniciou suas atividades a partir da data de assinatura do Contrato de Constituição, isto é, em 01 de Novembro de 2002, sendo o prazo de duração indeterminado.

DUCEAP
06 06 23

CLÁUSULA QUARTA – O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), divididos em 1.000.000 (um milhão) de quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	COTAS	TOTAL	%
EDUARDO AUGUSTO DO AMARAL MARQUES	500.000	R\$ 500.000,00	50
MÁRCIO LESSA AMORIM	500.000	R\$ 500.000,00	50
Total do Capital Social	1.000.000	R\$ 1.000.000,00	100

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela total integralização do capital social de conformidade com o artigo 1.052 da lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade empresarial conforme o Artigo 972 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA QUINTA – Em caso de aumento de Capital os sócios quotistas terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, proporcionalmente ao número das que já possuam no capital da sociedade, tendo os sócios um prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o seu direito de preferência na subscrição das quotas.

CLÁUSULA SEXTA – A sociedade será administrada pelos sócios em conjunto ou separadamente e a eles caberão a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social ou firma em negócios estranhos aos fins sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Único – Nos termos do artigo 1061 da Lei 10.406/2002, fica permitida a alteração deste Contrato Social Consolidado, para autorizar a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por dois terços do capital social.

JUCESP
06 06 23

CLÁUSULA SÉTIMA – Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no Parágrafo 3º do Artigo 1.072 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA – Fica facultado aos administradores sempre em conjunto, nomearem procuradores que representarão a empresa na forma e nos limites em que forem outorgadas as procurações, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores bem como suas limitações.

CLÁUSULA NONA – Os sócios no exercício da administração da sociedade terão direito a uma retirada mensal a título de Pró-labore, cujo valor será fixado de comum acordo entre os sócios, ou ainda, encontrando-se a sociedade em dificuldades financeiras, podem os sócios declinar-se de tais retiradas, sendo observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao final de cada exercício será procedido o levantamento do Inventário, Balanço Patrimonial e o Balanço de Resultado Econômico, e apurado o resultado do exercício, sendo que após as deduções previstas em lei e formação das reservas que forem consideradas necessárias, os lucros ou prejuízos, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas respectivas quotas de capital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O exercício social poderá ter duração inferior a 01 (um) ano, e deverá iniciar-se no primeiro dia de cada período, encerrando-se no último.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A sociedade poderá levantar demonstrações com apuração contábil e financeira intermediária e distribuir lucros apurados, observada as limitações legais e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último Balanço Patrimonial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – As quotas de capital da sociedade não poderão ser alienadas ou cedidas a terceiros estranhos ao quadro social sem o prévio e expreso consentimento do outro sócio, ao qual fica assegurada a preferência na aquisição, em igualdade de condições, devendo o sócio cedente oferecer a outro sócio sempre por escrito, em correspondência dirigida, da qual constem às condições da alienação, para que esta se manifeste sobre o exercício da preferência no prazo de 30 (trinta) dias.

JUCESP
06 06 20

Parágrafo Único – Findo o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício da preferência sem que o sócio tenha se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O sócio que pretender retirar-se da sociedade deverá comunicá-lo por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Em caso de falecimento, interdição, inabilitação e retirada de qualquer um dos sócios não importará na dissolução da sociedade, que continuará a existir com o sócio remanescente. O sócio remanescente procederá, no prazo de 30 (trinta) dias, o levantamento de um inventário, seguido de Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultados da Sociedade. Os haveres do sócio falecido, lucros e demais créditos constantes do último balanço, serão apurados até a data do evento e automaticamente transferidos aos herdeiros, bem como os prejuízos verificados. Se, entretanto, os herdeiros do “de cujus” não desejarem ingressar na sociedade, os haveres neste caso, serão apurados de comum acordo e pagos aos herdeiros do “de cujus” no momento em que o MM. juízo onde se processa os autos que o inventário determinar, **condicionado à observância nas disposições estabelecidas nos parágrafos seguintes:**

Parágrafo Primeiro – O Balanço Patrimonial será elaborado considerando os valores de mercado (reais), dos bens, direitos e obrigações constantes do patrimônio da sociedade, à data do evento.

Parágrafo Segundo – Os valores serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, da seguinte forma: 30% (trinta por cento), 30 (trinta) dias após a elaboração do Balanço Patrimonial e os outros 70% (setenta por cento) restantes, em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o pagamento da parcela inicial.

Parágrafo Terceiro – As parcelas serão corrigidas pela variação do IGPM ou outro indexador que vier a substituí-lo, ocorrida entre a data da apuração dos haveres e a data do seu pagamento.

Parágrafo Quarto – No caso de falecimento de qualquer um dos sócios e se o falecido não deixar herdeiros, ou se os herdeiros não tiverem condições ou qualificação de assumirem o lugar do falecido, o sócio remanescente terá poder de assinatura em todos os órgãos de registro da sociedade tais como: **JUCESP, CARTÓRIOS RECEITA FEDERAL, FAZENDA ESTADUAL, PREFEITURA, INSS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** etc., ou, outros órgãos necessários, para que assim a empresa possa ser extinta, ou, prossiga suas atividades até que se regularize legalmente.

JUCESP
06 06 23

Parágrafo Quinto – Ficando a sociedade constituída apenas de um único sócio e a pluralidade de sócios não for reconstituída, a sociedade não se dissolverá automaticamente, podendo ter continuidade como sociedade unipessoal, nos termos do § 7º do Artigo 7º da Lei nº 13.874/19, que acrescentou os parágrafos 1º e 2º do art. 1.052 da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em caso de divergência entre os sócios fica eleito o Foro da Comarca onde se constituiu a sociedade, com exclusão de qualquer outro, mesmo que mais privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou ações, oriundas do presente contrato consolidado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Em qualquer dos casos previstos nas Cláusulas anteriores, será dada preferência de aquisição das quotas ao sócio remanescente, que deverá se pronunciar no prazo de 30 (trinta) dias. Após esta data os herdeiros ou sucessores legais cederão a terceiros, ou em caso de posse das mesmas pelos herdeiros, o mesmo deverá ter conhecimento do ramo de comércio explorado pela presente ou nomeação de pessoa idônea e a critério de avaliação por parte do sócio remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade conforme artigo 1.011, Parágrafo Primeiro da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O presente instrumento particular de Contrato Social Consolidado, obriga não só os contratantes como também seus herdeiros e sucessores legais.

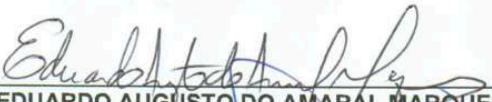
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Continuam em pleno vigor e adequadas a Lei n.º 10.406/02 e supletivamente pelas normas da sociedade anônima todas as demais cláusulas e condições do Contrato Social Primitivo, que não tenham sido mencionadas pelo presente documento. Os casos omissos no presente instrumento de Contrato Consolidado serão resolvidos de conformidade com a legislação aplicável a espécie que rege os contratos desta natureza.

JUCESP
06 06 23


CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, mesmo que mais privilegiado para dirimir dúvidas, questões ou ações originárias deste presente Instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, assinam este presente Instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, a fim de que se produzam os devidos efeitos legais e jurídicos.

São Paulo, 08 de Maio de 2023.


EDUARDO AUGUSTO DO AMARAL MARQUES


MÁRCIO LESSA AMORIM


ADVOGADO (A)

7

